

Extrato de Ata da 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE
ORÇAMENTO E PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – CGOP1G (2023) – 9ª
Reunião no período da Gestão

Em 20 (vinte) de abril de 2023, às 10h00 (dez horas), teve início a 2ª Reunião do Comitê Gestor de Orçamento e Priorização de 1º Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo de forma telepresencial, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, presidida pelo Meritíssimo Doutor **RODRIGO MARZOLA COLOMBINI**, Juiz de Direito da 3ª Vara Especial da Infância e Juventude da Capital e Coordenador do CGOP1G, e na qual se fizeram presentes os seguintes membros do comitê: o doutor **CAIO SALVADOR FILARDI**, Juiz de Direito Titular I da 3ª Vara da Família e Sucessões no Fórum Regional de Santana; doutor **AIRTON PINHEIRO DE CASTRO**, Juiz de Direito Titular II da 12ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Júnior; doutor **HELIO NARVAEZ**, Juiz de Direito Titular II da 8ª Vara Criminal Central no Complexo Mário Guimarães; doutora **DANIELE MACHADO TOLEDO**, Juíza de Direito na 1ª Vara Cível de Itapevi e Juíza Assessora da Corregedoria – Biênio 2022/2023; doutor **RODRIGO NOGUEIRA**, Juiz de Direito Titular I da 26ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Júnior; doutora **PAULA MICHELETTO COMETTI**, Juíza de Direito Titular II da 12ª Vara da Fazenda Pública Central no Fórum Hely Lopes Meirelles e Juíza Assessora da Presidência – Biênio 2022/2023; doutora **PAULA FERNANDA DE SOUZA VASCONCELOS NAVARRO**, Juíza de Direito Titular I da 9ª Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo; doutor **BRUNO MACHADO MIANO**, Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes – Representante da APAMAGIS; senhora **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA LOPES**, Secretária

da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças; senhor **FABIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA**, Secretário da SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas; senhora **VANESSA CRISTINA MARTINIANO**, Secretária da SPI – Secretaria de Primeira Instância; senhor **ADRIANO TEÓCRITO PISSOLATTO**, Secretário da SAAB – Secretaria de Administração e de Abastecimento; senhor **HUDSON CARVALHO DE CAMARGO**, Diretor da SGP 4 – Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento de Talentos, Novos Projetos, Governança em Gestão de Pessoas e Análise de Desempenhos Funcionais; senhora **PATRICIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS**, Diretora da DEPLAN – Diretoria de Planejamento; senhor **APARECIDO DA SILVA INÁCIO**, Supervisor de Serviço do DIPO 3.2 – Serviço de Processamento de Inquéritos Policiais II; senhor **JEAN CARLOS SOARES DE SOUZA**, Supervisor de Serviço da SPI 3.5.2 – Serviço de Atualização de Cálculos Judiciais; senhor **FLÁVIO LUIZ DOS SANTOS** – Diretor da Secretaria da Magistratura; senhor **EDNALDO APARECIDO BATISTA**, representante da APATEJ – Associação Paulista de Técnicos Judiciários e senhor **ADOLPHO BENEDETTI MARCOS**, representante da Assojuris – Associação de Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo; e os **CONVIDADOS**, senhora **JESSIE MARA DE ALMEIDA CHAR**, Supervisora do CADICRIM; senhora **CYNTHIA DE MOURA TEJO**, Chefe de Seção do CADICRIM; **PROFESSOR RUY COPPOLA JÚNIOR**, Coordenador do trabalho Testemunha Legal; senhora **BÁRBARA BRANDÃO CURSI**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; **CAROLINA BRITO DE DEUS**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; **CATARINA CARNEVALI**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; **HELORA NOGUEIRA JOVENTINO**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; **LETÍCIA FARIA**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; **LUÍZA BERZLAPIN**, integrante do Grupo do Projeto Testemunha Legal; e **AUSENTES JUSTIFICADAMENTE** a doutora **ANA CAROLINA MIRANDA DE OLIVEIRA**, Juíza de Direito Auxiliar de Guarulhos – Vice-coordenadora do

CGOP1G (licença-maternidade); doutor **PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO**, Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais no Fórum João Mendes Júnior; senhor **MARCO ANTONIO LOPES SAMAN**, Secretário da STI – Secretaria de Tecnologia da Informação; senhora **DEISE DONATONI CASADO**, Supervisora de Serviço de DEPLAN 1.2.1 – Serviço de Análise; senhor **RODINEI RODRIGUES**, Assistente Judiciário do Gabinete de Juiz de 1ª Instância da Comarca de Ribeirão Preto; senhora **ROSANA BARREIRA**, Secretária da SEMA – Secretaria da Magistratura e Secretária Executiva da Presidência e senhor **IGHOR RAPHAEL DAS NEVES AMORIM**, Chefe de Seção Judiciário do 2º Ofício Cível da Comarca de Santos; senhor **RODRIGO TEIXEIRA**, Coordenador da Deplan 1.1; o senhor **ÉMERSON RIUJI TAKASE**, Coordenador da Deplan 1.2 e senhor **EDSON CATAGERO GONÇALVES**. O registro da reunião, na sua íntegra, foi feito pelo método de estenotipia, contudo, a Diretoria de Planejamento Estratégico revisou integralmente o trabalho e propôs novo texto para a ata.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Bom dia a todos! Eu queria inicialmente dar as boas-vindas e agradecer a presença de todos os integrantes do CADICRIM, representado pela Jessie. Agradecer a presença do Professor Rui Coppola Júnior e das alunas da Faculdade de Direito de São Bernardo: Bárbara, Caroline, Catarina, Helora, Letícia e Luíza.

O primeiro item da pauta é o projeto que foi apresentado na Faculdade de Direito de São Bernardo, Projeto Testemunha Legal. Passo a palavra à Jessie e ao Professor Rui Coppola Júnior para as considerações iniciais.

JESSIE MARA DE ALMEIDA CHAR: Bom dia a todos! Agradeço à Patrícia pela oportunidade. Trabalho e sou a supervisora do CADICRIM. Cynthia, que também está na reunião, é a chefe. Nós

desenvolvemos um trabalho de *Visual Law* e *Legal Design* para melhorar a comunicação do judiciário, tanto com a população quanto com o público interno e externo. *Legal Design* é uma proposta inovadora, olhar o sistema legal a partir de seres humanos, entender as questões cruciais do sistema e buscar soluções criativas para o melhor atendimento ao cidadão. Isto é, priorizar os usuários do sistema legal, os que estão excluídos e precisam resolver seus problemas e os profissionais que trabalham dentro dele. A perspectiva do *Legal Design* faz com que possamos falar com essas pessoas, cocriar e testar com elas, gerar algo que efetivamente resolva problemas de forma mais útil e capaz de gerar engajamento. O *Legal Design* nos ajuda a fazer pequenas mudanças em grandes processos, podemos usá-lo para aprimorar documentos legais, produtos, serviços, políticas ou organizações, utilizar estratégias criativas centradas no ser humano para encontrar maneiras de servir melhor as pessoas. Essa é uma definição do *Legal Design* da Professora Margaret Haga, da Universidade de Stanford. Conforme a Resolução do CNJ 347/2020, *Visual Law* é uma subárea do *Legal Design* que utiliza elementos visuais, tais como imagem, infográficos e fluxogramas para tornar o Direito mais claro e mais direto. Um exemplo é o projeto do juiz Marco Bruno Miranda, da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, entusiasta de *Visual Law*, *Legal Design* e aprimoramento, ganhador do Prêmio Innovare. Trata-se de um projeto relacionado aos mandados de citação, intimação e penhora, nos quais coloca-se um *QR Code* que direciona a um vídeo, contendo a explicação do documento. Relata-se que o retorno foi extremamente positivo, com benefícios explicitados pela fala do cidadão de ficar com “menos medo” e que “a informação chegou muito melhor”. Por meio de um curso sobre o assunto, do Professor Rui Coppola Júnior, conheci o projeto Testemunha Legal, apresentei à

Patrícia e trouxemos para o apresentar hoje ao Comitê, devidamente autorizados pelo Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Coordenador do CGOPlG. O trabalho será apresentado pelo grupo de alunas que o produziram no *Legalthon* da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

CATARINA CARNEVALI: Bom dia! Sou a Catarina, nós somos alunas e ex-alunas da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Agradecemos o convite e estamos muito felizes em poder compartilhá-lo com vocês. O projeto Testemunha Legal foi desenvolvido durante o primeiro *Legalthon* da faculdade, uma competição na qual os times desenvolvem soluções para um problema jurídico. O problema jurídico dessa edição era que as testemunhas não estavam comparecendo às audiências. Assim, apresentamos uma solução que incentivasse o comparecimento dessas testemunhas e fomos os vencedores.

HELORA NOGUEIRA JOVENTINO: Bom dia, senhores! Meu nome é Helora. Falarei sobre como solucionamos esse problema. Primeiro, buscamos reconhecer as dores de uma testemunha e dividimos em duas partes: audiência *online* e audiência presencial. Após, questionamentos acerca da audiência online, em que a testemunha pode não ter os equipamentos de tecnologia necessários para ingresso na audiência, como *hardware* (*notebook* ou um celular) e *Internet*. Problemas como educação digital, como acessar o link, liberar a câmera e o microfone e das próprias plataformas de reunião *online*. Em relação aos problemas da audiência presencial, identificamos a dificuldade em conciliar a data da audiência com outros compromissos, o não entendimento do que representa ir a uma audiência e não saber como chegar ao local. A partir disso, identificamos os pontos em comum entre as audiências *online* e presenciais para uma solução que abrangesse ambas. Citam-se

os pontos: não saber a importância de comparecer; não saber a importância da testemunha na audiência; não saber que podem existir penalidades caso não compareça e; confundir-se sobre como se portar na audiência. Então, refletimos sobre soluções mais básicas, como explicar o que é ser uma testemunha de uma maneira bem objetiva; enfatizar a importância da testemunha e; criar um 0800 ou algum canal para que as pessoas pudessem tirar dúvidas. Simplificar ao máximo o acesso às informações, com linguagem facilitada, elementos visuais e fonte não serifada, legíveis para pessoas com dislexia. No processo do mandado, pensamos em outras plataformas e modos de envio, como, *WhatsApp* e *e-mail*. Então, fizemos um protótipo do mandado de intimação, com os elementos essenciais, diferente do “padrão”. Foi idealizado como se a justiça estivesse conversando com a testemunha, perguntas e respostas, com informações destacadas, um FAQ.

LETÍCIA FARIA: Bom dia a todos! Sou a Letícia e falarei sobre o FAQ da testemunha e o 0800 Testemunha Legal. Da mesma forma que o mandado de intimação, a primeira solução, FAQ da testemunha, contém as principais informações para as testemunhas, facilitando a localização das informações. Além disso, as perguntas são acompanhadas dos ícones de ponto de interrogação e seta (próximo slide), possibilitando que o usuário identifique os tipos de informação que precisa. Na segunda solução, 0800 Testemunha Legal, pensou-se nas pessoas que têm dificuldade ou não têm acesso à *Internet*. Tal solução permite que a testemunha acesse o Poder Judiciário de forma gratuita.

BÁRBARA BRANDÃO CURSI: Bom dia! Sou a Bárbara. Explicarei sobre o protótipo do *site*. O objetivo era fazer um *site* simples e rápido, fácil acesso às informações para a

testemunha, de maneira rápida e dinâmica. Com informações sobre como chegar ao local, como acessar ao *link*, o que é ser uma testemunha, dentre outras.

CAROLINA BRITO DE DEUS: Bom dia. Meu nome é Carolina e falarei das funcionalidades do Portal da Testemunha que criamos no dia. No *link* da "audiência", a pessoa tem acesso à audiência e ao manual. O *link* "marcar na agenda" serve para a pessoa ter um lembrete na agenda virtual, vinculada ao telefone. No *link* "quero me cadastrar", a pessoa coloca os dados dela e as informações para receber lembretes e outras informações relevantes.

HELORA NOGUEIRA JOVENTINO: Jessie, eu vou pedir para você, no canto superior direito, "apresentar".

[Apresentação do vídeo].

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Passo a palavra ao professor Rui Coppola. Rui, obrigada por estar aqui.

PROFESSOR RUI COPPOLA JÚNIOR: Obrigado a todos e a todas presentes. Quero agradecer o convite, não apenas a deferência com o trabalho desenvolvido, mas, em especial, com as estudantes que desenvolveram esse projeto tão lindo, agradecer essa oportunidade e destacar dois pontos: Nenhuma tem formação em tecnologia, isso é superimportante, e tudo isso que está sendo apresentado aqui, podemos entender que é um protótipo de média fidelidade e que foi desenvolvido em 24h. A competição ocorre dentro do lapso temporal de 24h, elas recebem o case e no outro dia, 24h depois, elas apresentam para uma banca examinadora. Parabenizo-as.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: O CGOP1G é que tem a agradecer ao senhor e à equipe vencedora do *Legalthon*. Jessie, gostaria de alguma consideração final?

JESSIE MARA DE ALMEIDA CHAR: Após o curso de *Legal Design* do professor Rui, refleti sobre a possibilidade de implantação. Acredito ser muito interessante, estou à disposição agradeço a Patrícia pelo convite, muito obrigada.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Quero parabenizar a Jessie, o doutor Rui e parabenizar as estudantes.

VANESSA CRISTINA MARTINIANO: Quero parabenizar as estudantes, muito interessante o projeto. Começaremos um projeto, em que o doutor Ricardo Dal Pizzol está à frente, de pagamento de custas da Execução Fiscal com QR Code que encaminha a um vídeo de explicação sobre o que se tem que fazer.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Agradeço a Jessie do CADICRIM, ao Professor Rui Coppola Júnior e mais uma vez as meninas: Bárbara, Caroline, Catarina, Helora, Luíza e Letícia.

Bom, Patrícia, vamos dar prosseguimento à nossa pauta? Acredito que podemos pensar em algo, pois a ideia é interessante.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Temos a Meta 9 do CNJ sobre inovação, dentre os itens a cumprir temos a capacitação quanto ao laboratório de inovação. Ano passado, ao final do ano, fizemos um treinamento de facilitadores. Este ano pensamos em trazer ao laboratório a linguagem simples e *Visual Law*. E, posteriormente, uma carta de serviços interna

produzida nesses termos e outros projetos no sentido do uso do *legal design*, *visual law* e *linguagem simples*.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Vanessa, nossos mandados de intimação, o modelo do SAJ, é um modelo institucional, padrão do TJ. Será que vale a pena a gente pensar alguma coisa, orientar qual é o papel da testemunha? É que nosso formulário já é tão grande, a cada folha ficaria mais caro.

VANESSA CRISTINA MARTINIANO: Mas a gente pode pôr o QR Code, doutor, que é o que vamos fazer com as custas, aí remete para um vídeo que explica tudo, a gente coloca o que QR Code e remete para uma página do portal do TJ que tem toda a explicação, pode ser vídeo, eu acho que seria bem interessante.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Vamos pensar nesse respeito, eu peço ajuda da Corregedoria também.

DOUTOR RODRIGO NOGUEIRA: Eu achei bem legal, Rodrigo, bem interessante e simples de fazer, como a Patrícia falou, torna mais amigável.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Sim, eu acho que torna menos duro, não é?

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: Bom dia a todos! Eu nem pedi a palavra aqui, desculpa, Rodrigo. Eu achei o projeto muito legal, acho que dá para implementar e eu acredito que a gente também precisaria pensar no papel da OAB porque muitas pessoas testemunhas ficam a cargo do advogado para intimar, eles têm essa incumbência, então eu não sei se de repente o QR Code a gente poderia lançar e fazer parceria com a OAB

para que a OAB divulgasse, porque é meio complicado as testemunhas que vêm pelo advogado, que o advogado intima, eu estou pensando nesse caso, como fazer para usar o projeto das meninas, que eu achei sensacional, ainda porque elas tiveram 24h para fazer e não tinham conhecimento de tecnologia.

DOUTOR BRUNO MACHADO MIANO: Mas eu acho que é um projeto seletivo, a gente não pode usar no cível, que o advogado, via de regra, intima, tem que trazer a testemunha.

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: Então, é nisso que eu estou pensando.

DOUTOR BRUNO MACHADO MIANO: Se eu vou enviar um mandado de segurança, eu não vou mandar um QR Code para o prefeito, por exemplo. No Criminal e na Infância seria muito interessante, o policial tem que mandar, não sei, acho que teria que ver porque é bem seletivo. Eu sugiro, não sei, doutor Rodrigo, fique à vontade, não sei se é nossa atribuição, não vejo como isso prioriza o 1º Grau, prioriza pela empatia, mas só, eu acho que a gente poderia deixar isso geminando no laboratório de inovação que já vai tratar disso nesse ano.

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: E também pensar nesse projeto para levar para a própria citação porque, de repente, essa ideia não se estende só à testemunha, eu sei que é um projeto de testemunha legal, mas pode ficar frutos para o mandado de citação porque no cível muita gente recebe o mandado de citação e fica muito assustado, não sabe como proceder e talvez venham frutos bons disso aí para o futuro.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Ótimo, Patrícia, nós acolhemos a sugestão do doutor Bruno e encaminharemos para o

laboratório de inovação e sem prejuízo, a Vanessa está desenvolvendo esse piloto para a Execução Fiscal e no futuro a gente pode expandir para outras competências, a sementinha está lançada.

Vamos para o próximo item da nossa pauta, que é a reunião que nós tivemos com o diretor da EPM, o Desembargador José Maria. Eu fiz uma reunião com ele, uma reunião preliminar e levei a proposta do curso de gestão para juízes. Ele ficou entusiasmado com o curso, a princípio, de curta duração, esse de 40 horas

Continuando aqui, acho que é um *feedback*, eu não sei se o Hudson está aqui ou vai ser o Makoto, um *feedback* dos cursos que a SGP disponibilizou para os servidores. Secretário Makoto.

FÁBIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA: Bom dia! Doutor, o Hudson vai fazer uma apresentação breve das informações desses dois itens.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Oi, Hudson, bom dia!

HUDSON CARVALHO DE CAMARGO: Bom dia a todos! Bom dia, doutor! São só dois *slides*, eu prometo ser breve, são só dados dos dois cursos que disponibilizamos recentemente. O primeiro deles foi a orientação para assistente judiciário, nós encaminhamos um e-mail a todos os servidores que ocupam cargo de assistente judiciário, tanto da Capital quanto do interior, e na cópia desse e-mail tomamos a liberdade de copiar os magistrados de 1º Grau, esse não é um hábito da SGP, mas nesse especificamente a gente achou que fazia sentido, até porque o magistrado poderia incentivar o assistente a participar do curso. O e-mail foi encaminhado no

dia 16 de março, esses dados da tela são dados de março, geralmente a SGP espera o mês fechar para consolidar os dados, esses são dados de março, de abril ainda não temos, 229 servidores se inscreveram e certificaram dentro do mês de março, desses 229 servidores, 190 ocupam o cargo de assistente. Eu separei por RAJ, mas só por uma questão de análise de dados mesmo, tivemos um magistrado que se interessou em fazer o curso e concluiu o curso, os demais se dividem em cargos de escrevente, um coordenador, um chefe de seção e um agente operacional, os demais, na maioria mesmo, escreventes, 75 escreventes e 190 assistentes judiciários, lembrando que esses são dados de março, de abril não foram contabilizados. Para o curso do apadrinhamento digital, que era a proposta do curso de inclusão digital, nós encaminhamos o e-mail dia 03 de abril, já temos 171 servidores inscritos, dos que se inscreveram para participar do curso, 79% era um público que tínhamos desenhado logo no início do projeto como *baby boomers*, aquelas pessoas que foram indicadas no levantamento da avaliação de desempenho que não tiveram um bom desempenho na questão que envolvia conhecimento de tecnologia e aqui nós trouxemos uma tabela separando essas pessoas, onde elas estão dentro da estrutura do Tribunal, quem é de 1º Grau, 2º Grau, unidade judicial ou área administrativa e dentro nas RAJs. Mas, assim que fechar o mês, teremos os dados de quem realmente concluiu o curso, por hora esses são só os inscritos que estão cursando. São esses os dois cursos que ficaram a cargo da SGP.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Obrigado pelas informações, Hudson. Alguém gostaria de fazer alguma consideração?

Bom, o item 4 da nossa pauta é a resposta do ofício da SAAB, o Secretário Adriano aqui nos acompanha, eu vou compartilhar minha tela. A presidência facultou ao Comitê Gestor a

apresentação de propostas para o orçamento do ano que vem, nós apresentamos duas propostas, uma delas é a questão da equiparação do assistente judiciário com o assistente de 2º Grau e a segunda era a questão de recursos para prédios, acessibilidade e segurança, e sobre esse segundo item, a SAAB, na pessoa da doutora Paula, nos respondeu, explicando que a SAAB tem o projeto de acessibilidade, tem um expediente no CNJ, o qual o Tribunal de Justiça propôs regularizar essa questão até 2031, além dos projetos de acessibilidade para adequar os prédios até 2031, o TJ tem também o plano de obras em que estão sendo observados e também a questão de o TJ está fazendo licitação para a compra de equipamentos de segurança, combate a incêndios e etc..

Bom, prosseguindo, então, o próximo item, eu vou compartilhar minha tela de novo, é um convite para o evento do CNJ do Comitê Nacional de Priorização do 1º Grau. Nós recebemos um convite do CNJ para participar de forma *online*, remota, do evento do Comitê Nacional de Priorização do 1º Grau, dia 11 de maio, não fala o horário aqui. A Patrícia Landi vai participar, não é isso, Patrícia? Eu só posso participar se for no período da manhã, à tarde eu não vou redesignar minhas audiências nesse momento que a coisa está pegando fogo em escolas e lá no Fórum do Brás, né? Alguém gostaria de participar? Se algum integrante quiser, a gente tem que apresentar para a Presidência.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: E o Makoto vai ver se é pertinente a SGP participar?

FÁBIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA: Sim, doutor, eu peço que eu encaminhe internamente e dou um retorno para a Patrícia.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Makoto, o ofício está no *chat*, é o segundo.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: O item 6 da pauta é a reunião que tivemos, o subcomitê de organização judiciária, nós tivemos reunião dia 16 de março, presencial, participaram eu, a Daniele, o Sidnei, da Corregedoria, o Takase fez uma apresentação, o Rodrigo Nogueira participou também, não é Nogueira?

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Há uma mudança na análise da clusterização e para tanto demandaremos um tempo maior para terminar a primeira fase do estudo.

VANESSA CRISTINA MARTINIANO: Sim, só precisamos de mais um tempinho para a gente fechar mais alguns métodos.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: É só para colocar todo mundo a par do que está acontecendo, a gente continua discutindo isso no subcomitê, depois que a SPI e a DEPLAN nos trouxeram uma coisa mais concreta, não é isso?

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Ótimo, sem problemas. Prosseguindo aqui, Manual de boas práticas da justiça gratuita.

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: Então, com relação a esse tema, tomei a liberdade de convidar para participação desse manual comigo a doutora Maria Rita e ela aceitou, se eu tiver aprovação aqui de todos, convidar o doutor Felipe Viaro também para desenvolver esse projeto, que sai ainda esse ano, eu já iniciei os estudos, comecei a colocar no papel uma minuta, que eu não tinha entendido se ficaria sob a minha incumbência, eu até pedi um pouco mais de tempo, mas eu

acredito que no segundo semestre a gente consiga entregar esse trabalho, em meados de julho, agosto, no começo do segundo semestre, pelo menos uma minuta para a avaliação do comitê.

DOCTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Está ótimo.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Doutor Rodrigo, ficaram três itens, na verdade, de toda aquela pauta, que ficamos para acompanhar, na verdade, se vai ser possível ou não. A primeira questão é o treinamento sobre custas para servidores, ficou a questão de refazer o treinamento, fazer novamente ou chamar os funcionários para o treinamento, mas eu não sei como foi conduzido, seria só mesmo para a gente ter uma ideia desse acompanhamento do treinamento. Hudson, Vanessa? A doutora Daniele está com a mão levantada, doutor Rodrigo.

VANESSA CRISTINA MARTINIANO: O curso a gente está atualizando, a gente tem o curso no *Moodle*, de custas, e também uma tabela do Excel, a gente desenvolveu uma plataforma mais amigável, mas simples e a gente vai desenvolver junto com a SGP esse curso desse novo APP para a gente divulgar, ainda não foi feita a divulgação.

HUDSON CARVALHO DE CAMARGO: Isso, o curso engloba as custas iniciais, as intermediárias e as custas finais também, tem despesas processuais, inclusive, até próximo à fase da liquidação. Tem um comunicado da Corregedoria que diz que os cálculos mais simples são de incumbência do cartório, todos esses cálculos mais simples, a equipe da SPI desenvolveu

planilhas em Excel para facilitar o cartório para utilizar e para essas planilhas todas já temos, tanto o curso quanto o tutorial disponíveis desde o ano passados e agora, como a Vanessa falou, estamos trabalhando junto com a SPI para desenvolver o curso do APP, que foi uma evolução, ao invés de ficar utilizando a planilha do Excel, foi desenvolvido um aplicativo com cara de “sisteminha” mesmo para fazer os cálculos e é nesse material que a gente está trabalhando junto com a SPI.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: O segundo, Patrícia, você pode prosseguir? O projeto da meritocracia.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Foi uma pendência até por duas vias, o projeto da meritocracia foi falado em vários momentos, mas existia a possibilidade de se trabalhar aí com a produtividade dos funcionários e há um trabalho sendo feito pela SGP, STI e SPI para criar esse modelo novo de produtividade, acho que seria com Makoto, Vanessa e o Elias da STI, que está representando o Samaan hoje, eu não sei como está.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Então ficou a questão de primeiro esperar entrar esse sistema para depois se pensar em um sistema ligado à meritocracia.

FÁBIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA: A gente tinha que trabalhar isso para ter uma visão marco do TJ com relação a essa produtividade para ter esses dados consolidados de forma a trabalhar em alguma proposta sobre meritocracia, nós estamos em uma fase muito inicial ainda, a gente não consegue nesse momento, ainda por conta dessa falta de maturidade dos

sistemas e de análise dos dados para avançar nessa questão mais técnica sobre meritocracia.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: A gente poderia pensar, então, doutor Rodrigo, nas próximas reuniões eles apresentarem o sistema, mas o projeto de meritocracia ficar só para 2024?

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Fica lá para em 2024 para pensar no projeto. E a gente deixa a pedido a data também consignado? O projeto da meritocracia pode ficar com a equipe do Makoto para pensar? Seria a área mais afeta.

FÁBIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA: Sim, é isso mesmo.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Por fim, a questão do balcão virtual regional. Alguma novidade sobre isso, Vanessa?

VANESSA CRISTINA MARTINIANO: Doutor a expansão depende de contratações e outros modelos só poderão surgir após esta fase.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Eu posso colocar essa também, 2024, SPI como responsável?

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Sim, SPI

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Tem uma questão que eu não coloquei na pauta, doutor Rodrigo, peço desculpas, que foi a questão da carta de serviços se eu puder apresentar rapidamente, a gente trabalhou com a proposta aqui na DEPLAN, no laboratório de inovação, pode ser?

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Os senhores tão vendo? [Iniciada a apresentação de slides]. Nós trabalhamos, na verdade, primeiro em uma leitura daquilo que seria possível nós fazermos. Em tese, a gente já tem o trabalho na SGP, que é uma carta de serviços internos, o GPS que traz internamente o que foi falado a todo mundo no início dos trabalhos, que é você explicar o que é o assunto, qual é o tema e a dúvida e direcionar para o setor correto e nós temos um exemplo de uma carta no mesmo sentido, que é da STJ, mas é a carta de serviços externos que nós pensamos que a categorização dos serviços seria a primeira questão, é judicial: O que é preciso, o que faço para pedir um nova Vara? Como é a suspeição de um juiz, e assim por diante, e a gente não mapeou ainda todos os assuntos que precisamos das áreas, mas, em tese, nós precisaríamos de três representantes, três a cinco representantes da SPI, da SJ, da SGP, da SEMA e da SAAB para que possamos fazer a reunião do laboratório de inovação, então, o nosso pedido seria esse para os secretários, a indicação dos profissionais para que a gente possa fazer o trabalho com a carta de serviço. A SGP está mais adiantada nesse caso e não colocamos a STI porque ela já tem o direcionador por conta dos portais deles, então a gente ficaria mais com as outras unidades. A SPI tem vários trabalhos, a SAAB tem vários trabalhos, o que precisamos é trazer uma ponta só, que seria uma carta de serviços interno onde você dá o caminho, por exemplo, se é assunto da SGP, encaminha para o GPS, se é serviço da STI, encaminha pra TI, para a que gente não tivesse que ficar criando um terceiro produto, a gente imagina que seria um caminho mais tranquilo, mas precisamos dos técnicos, então eu pediria, se fosse possível, para os secretários encaminharem para a gente as informações dos nomes, de três a cinco nomes, até o final da semana que vem para a gente já montar nosso cronograma de

trabalho e, aí, dando tudo certo, a gente consegue entregar em outubro ou novembro a carta de serviço já pronta, ok? Era isso, doutor Rodrigo, agora eu terminei.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Bom, Daniele, você pediu para fazer alguma consideração, não é isso?

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: Isso, obrigada, Rodrigo. Outra questão que eu queria levantar, Rodrigo, na última reunião nossa, eu não sei se está na pauta, me desculpem se não estiver, eu levantei um ponto sobre um projeto que eu tenho vontade de desenvolver que é muito simples, porém eu reputo muito importante, que é o projeto de estudo da carreira da magistratura.

DOUTOR AIRTON PINHEIRO DE CASTRO: Olha, eu acho que tem a ver, sim, com questão afeta ao comitê porque é um interesse geral, de todos os magistrados de 1º Grau, poder ter uma perspectiva de evolução na carreira, não é?

DOUTOR CAIO SALVADOR FILARDI: Na verdade, eu acho assim: Talvez não como sendo uma diretriz do comitê, mas a ideia é superimportante para a nossa carreira.

DOUTOR RODRIGO NOGUEIRA: A primeira coisa que vem a minha cabeça quando a gente pensa nesse assunto é realmente chegar no 2º Grau, né, é o acesso ao 2º Grau, mas tem outras situações que podem acontecer, esse isso tem expedientes em andamento, ainda que estejam em uma fase avançada de estudo.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: O Hélio está com a mão levantada.

DOUTOR HÉLIO NARVAEZ: Bom dia! Eu já falei, mas reiterando. Eu acho que seria viável, como ela sugeriu, que seria um estudo, algo que ela quer demandar parte do tempo que ela tem disponível de fazer pesquisa e tentar apresentar a um projeto, como não é nada definitivo, e até fazendo uso da estrutura do comitê gestor, eu acho que é viável. Eu acho que poderia ser feito por parte do comitê e, se perceber que destoa muito que, sei lá, seja apresentado e estudado como um subcomitê, como aconteceu aquela vez que nós nos reunimos.

DOUTOR CAIO SALVADOR FILARDI: Então, poderia, como o Rodrigo agora esclareceu, usar essa pesquisa, mas para um subsídio de um trabalho maior, que é o da reorganização da 1ª Entrância, por exemplo.

DOUTOR HÉLIO NARVAEZ: Sim, perfeito.

DOUTOR CAIO SALVADOR FILARDI: Então ficaria autorizado esse levantamento com cruzamento de dados para verificar a carreira como ela está, ou seja, um retrato de como ela está atualmente como subsídio para apresentar futuramente, eventualmente, para a organização judiciária.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: E se nós fizermos o seguinte: A Daniele, junto com a SEMA, o Flávio encaminha a questão para a Rosana, trazer na próxima reunião uma proposta mais assim... qual será a proposta do estudo e a gente volta a discutir isso, porque essa questão não estava na pauta e estamos falando de achômetro, então vamos caminhar para uma

questão mais concreta, a Daniele traz junto com a SEMA uma proposta mais concreta sobre isso, pode ser, "Dani"?

DOUTORA DANIELE MACHADO TOLEDO: Perfeito, Rodrigo, por mim, pode.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Acho que terminamos nossa pauta. Alguém gostaria de fazer alguma consideração final? A nossa próxima reunião está agendada para 22/06, 22 de junho. Patrícia, alguma consideração final?

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS: Não, doutor.

DOUTOR RODRIGO MARZOLA COLOMBINI: Bom, acredito, então, que podemos encerrar. Eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos, é sempre um prazer revê-los, e a nossa próxima reunião é 22 de junho. Eu desejo aí uma boa tarde e um bom feriado, amanhã é feriado, bom feriado aí a todos.

(Nada mais, eu, Maria Teresa Josephina de Bonna Diniz, escrevente técnico judiciário da Diretoria de Planejamento Estratégico, minutei a presente Ata, com base na extração de dados da estenotipia, sendo encaminhada à conferência preliminar da senhora Diretoria de Planejamento Estratégico e encaminhada, posteriormente, para análise do Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador, tendo a ata sido conferida e aprovada pelo Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Coordenador do CGOP1G).

Rodrigo Marzola Colombini

RODRIGO MARZOLA COLOMBINI

Coordenador do CGOP1G